



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XII — N.º 129 — SÃO PAULO, MAIO DE 1968 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191. — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 6248

Apêlo de Católicos Brasileiros ao Patriarca de Lisboa



D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca de Lisboa.

O que o Cardeal não disse

Uma grande parte do povo português é de formação católica, tendo arraigados sentimentos religiosos. Precisamente por isso, um ponderável sector da Oposição ao regime que oprime Portugal há 42 anos é constituído por católicos.

Trata-se de uma realidade que não pode ser ignorada. No quadro da unidade anti-fascista que todos desejamos ver reforçada, os católicos desempenham um papel de crescente importância. E é reconfortante verificar que são eles os primeiros a tomar aquelas iniciativas que, pela sua delicadeza, não estariam ao alcance dos não católicos. Foi, por exemplo, o que aconteceu durante a visita do Papa Paulo VI a Fátima. Faça-se justiça aos católicos: foram eles que, no Interior e no Exterior, comandaram a indispensável campanha de esclarecimento que a visita papal provocou; foram eles os primeiros a lamentar as palavras que Paulo VI não disse; foram eles os primeiros a denunciar e repudiar a campanha mistificadora da imprensa e da rádio salazaristas.

Agora, o Cardeal Patriarca de Lisboa acaba de visitar o Brasil. Veio com uma imagem de Nossa Senhora de Fátima que foi venerada por grandes multidões. Gostaríamos de poder dizer que o objectivo da viagem foi estritamente religioso. Mas os factos demonstram o contrário. D. Manuel Gonçalves Cerejeira veio numa missão também política. A data foi cuidadosamente escolhida: o chamado "Dia da Comunidade Luso-Brasileira", fórmula inventada pelos salazaristas para rebaptizarem o dia em que se comemora o Descobrimento do Brasil. Ninguém desconhece as íntimas relações de amizade que ligam o Cardeal Patriarca ao ditador português, da mesma forma que ninguém ignora as suas posições perante problemas tão angustiosos como o da guerra colonial e o da repressão. D. Manuel Gonçalves Cerejeira é o chefe do corpo de capelães do Exército Colonial e jamais teve uma palavra para condenar a repressão policial. Que tenhamos notícia, também nunca levantou um dedo em defesa dos padres angolanos que se acham presos em Portugal. Em relação a esse episódio doloroso, apenas sabemos que o clero português — e Sua Eminência é a sua figura mais representativa — reagiu violentamente à nobre Pastoral em que o Arcebispo de Conakry, D. Tichindimbo denunciou as perseguições movidas aos sacerdotes angolanos, acusados do crime de se... sentirem angolanos. Nunca também D. Manuel Gonçalves Cerejeira em suas homilias e seus escritos se dignou aludir à situação de D. Antonio Ferreira Gomes, bispo do Porto, impedido por Salazar de voltar à sua diocese, crime a que corresponde, pelo Direito Canónico, a pena de excomunhão.

Era preciso que alguém lembrasse algumas dessas verdades incómodas ao Cardeal Patriarca de Lisboa. Um momento houve em que se chegou a pensar que D. Manuel Gonçalves Cerejeira desse por cumprida a sua visita ao Brasil sem que vozes católicas se lhe dirigissem para o colocar perante as suas responsabilidades de príncipe de uma Igreja que prega a paz contra a violência e o amor contra o ódio. Mas Sua Eminência não partiu sem deixar sem resposta um Apelo. Professores da Pontifícia Universidade Católica endereçaram-lhe a carta que publicamos noutra página. O Cardeal ignorou-a. Como era de esperar, D. Manuel Gonçalves Cerejeira chegou e voltou sem pronunciar uma palavra sobre a guerra colonial e a repressão.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Nesta edição:

- O PAIGC LIBERTA PRISIONEIRO DE GUERRA pág. 8
- AINDA O ESCÂNDALO DE CORRUPÇÃO DE MENORES pág. 5
- CARTA ABERTA AO CARDEAL pág. 2
- A DEPORTAÇÃO DE MÁRIO SOARES pág. 4
- JORNADA DE SOLIDARIEDADE AOS ESTUDANTES pág. 8
- BOMBARDEADO O AEROPORTO DE BISSAU pág. 7

Aproveitando a visita ao Brasil do Cardeal Patriarca de Lisboa, um grupo de professores da Universidade Católica de São Paulo — entre os quais o diretor da Faculdade de Filosofia, prof. Enzo Azzi e os professores Maria do Carmo Guedes, João Carozzo, Padre Paulo Edgar Resende, Carlos Eduardo Meirelles Matheus, Antonieta de Aguiar Nunes e Padre Enzo Campos Gusso — dirigiu àquele pururado a seguinte carta:

"Eminência Reverendíssima: É para todos os católicos deste país motivo de profundo júbilo a vossa presença em terras brasileiras. Duplamente nos regozijamos por esse fato, grato a nossos corações, pois vossa viagem não só coincide com o aniversário do Descobrimento e com as comemorações do centenário de Pedro Álvares Cabral como ainda assinala a vinda ao Brasil da imagem de Nossa Senhora de Fátima.

Porque conhecemos os sentimentos de profundo amor que Vossa Eminência nutre por todos os homens, independentemente das suas atitudes no plano temporal, e da repulsa que professa pela guerra e por todas as formas de violência, não podemos, entretanto, como cristãos e brasileiros, deixar de testemunhar-lhe, como figura exponencial da hierarquia da Igreja em Portugal, a profunda preocupação que o Povo do Brasil — e particularmente os católicos, que constituem a imensa maioria — experimenta em face da continuação da trágica guerra colonial que infelicitou Portugal e as populações das suas colónias africanas e da situação angustiosa de centenas de presos políticos, condenados muitos deles a prisão perpétua por delitos de opinião. Não desconhecemos que há fronteiras a separar o poder temporal do espiritual, fronteiras que Vossa Eminência não deseja transpor. Mas não desconhecemos também o imenso prestígio de que Vossa Eminência goza junto dos governantes da nação irmã. É o que nos anima, na certeza de que cumprimos um dever de solidariedade cristã, a solicitar de Vossa Eminência Reverendíssima se digne usar da sua alta influência espiritual no sentido de que o Governo do País que consideramos como segunda Pátria ponha um paradeiro às guerras coloniais que ensanguentam as suas colónias africanas e restitua à liberdade aqueles que se acham encarcerados por delitos de opinião.

Como cristãos habituados às práticas do magistério numa grande Universidade Católica, como é a de São Paulo, gesto algum de Vossa Eminência neste momento, acreditamos, poderia sensibilizar mais a juventude brasileira com a qual convivemos diariamente, do que a anuência do ilustre antistite que sois à sugestão que respetosamente vimos formular.

Com os protestos da nossa mais

(Continua na pág. 2)

O que o Cardeal sempre esqueceu

"O SENTIMENTO DE UNIVERSAL PETERNIDADE QUE O SENHOR ACENDEU NO NOSSO CORAÇÃO LEVAVOS A SENTIR PROFUNDA AMARGURA AO CONTEMPLAR O FENOMENO DOS PRESOS E EXILADOS POLITICOS. FENOMENO QUE ASSUMIU EM NOSSOS DIAS AMPLAS PROPORÇÕES E QUE OCULTA SEMPRE INUMEROS E LANCINANTES SOFRIMENTOS. ELE EVIDENCIA COMO OS CHEFES DE ALGUMAS NAÇÕES RESTRINJEM EM DEMASIA OS LIMITES DE UMA JUSTA LIBERDADE. QUE PERMITISSE AOS CIDADÃOS RESPIRAR UM CLIMA HUMANO. MUITO AO CONTRARIO, EM TAIS REGIMES ACONTECE QUE SE PONHA EM DUVIDA O PRÓPRIO DIREITO DE LIBERDADE, OU ATÉ QUE SE VEJA ESTE INTEIRAMENTE SUFOCADO. NESSAS CONDIÇÕES MINA-SE RADICALMENTE A RETA ORDEM DA CONVIVENCIA HUMANA. POIS O PODER PÚBLICO POR SUA PRÓPRIA NATUREZA DIZ RESPEITO A TUTELA DO BEM COMUM, E SEU DEVER PRINCIPAL É O DE RECONHECER OS JUSTOS LIMITES DA LIBERDADE E SALVAGUARDAR OS SEUS DIREITOS".

João PP XXIII. Encíclica "Pacem in Terris", Parte III

Carta Aberta ao Cardeal

RUY LUIZ GOMES E JOSÉ MORGADO

Eminência

"Chega um tempo de agir
[no sentido do Tempo
"tempo de se ganhar o
[tempo já perdido
"tempo de se vencer o
[tempo contra-tempo
"para que o Tempo tor-
[ne a ter sentido.
"Chega um tempo de em-
[punhar as armas do
[Tempo".

(Do poema TEMPO DE
NÃO TEMPO DE SIM de Ma-
nuel Alegre)

Visita Vossa Eminência o Brasil pouco tempo depois de o governo fascista de Salazar cometer mais um atentado contra os direitos da pessoa humana — a deportação para a colônia de São Tomé do Dr. Mário Soares.

Sabe Vossa Eminência que o líder democrático Dr. Mário Soares, na qualidade de advogado da Viúva do general Humberto Delgado, tem desenvolvido intensa actividade para levar ao banco dos réus os assassinos do general Humberto Delgado e da cidadã brasileira D. Arajaryr Campos. Esta actividade e as suas posições antifascistas têm provocado o ódio do governo de Salazar e da PIDE e, por isso, o Dr. Mário Soares tem sido muitas vezes encarcerado sem julgamento.

Impotente, porém, para abalar a sua coragem cívica e a sua determinação em apontar ao Mundo os responsáveis por tão vis assassinatos, o governo de Salazar acaba de deportar para a ilha de São Tomé.

Assim, perante os assassinatos do general Humberto Delgado e de D. Arajaryr Campos, tanto o Povo Português como o governo fascista de Salazar definiram a sua posição: o Povo Português, pela voz dos dirigentes das várias correntes da Oposição, manifestou sempre a sua repulsa por esses crimes e exigiu e continua exigindo o castigo dos assassinos. O governo fascista de Salazar também definiu com toda a clareza a sua posição, dificultando o andamento do processo, prendendo os advogados Dr. Mário Soares e Dr. Abranches Ferrão e deportando agora o Dr. Mário Soares para a ilha de São Tomé.

Perante estes crimes, qual é a posição de Vossa Eminência? Que nós saibamos, até agora, Vossa Eminência não pronunciou publicamente uma palavra de repúdio a este e outros assassinatos políticos, não elevou a sua voz contra a deportação do Dr. Mário Soares para a ilha de São Tomé nem contra a deportação de outros cidadãos portugueses e africanos para campos de concentração.

Se Vossa Eminência se não pronunciou publicamente até agora, em Portugal, contra estes e outros crimes por temer que daí resultasse o impedimento de exercer as suas funções pastorais, como aconteceu com Sua Excelência Reverendíssima o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, ou até por estar convencido de que o seu protesto não seria publicado pela imprensa portuguesa controlada pela censura, tem agora Vossa Eminência, com sua vinda ao Brasil, uma excelente oportunidade para aliviar a sua consciência, afirmando para o Mundo o seu repúdio pelas práticas habituais do fascismo salazarista contra os direitos da pessoa humana.

Ou será que Vossa Eminência se não pronunciou até agora por imaginar que o Povo Português duvidaria da sua sinceridade, dada a sua permanente colaboração com o governo fascista de Salazar?

É um facto que Vossa Eminência, desde os seus tempos de simples padre em Coimbra, sempre tem vivido de mãos dadas com Salazar.

Nunca condenou os maus tratos infligidos aos presos políticos, mesmo quando alguns apareceram mortos nas prisões

Nunca condenou o decreto das medidas de segurança, embora ele permita a prisão perpétua.

Nunca condenou a censura à imprensa, nem mesmo quando ela actuou para impedir a legítima defesa de cidadãos ofendidos na sua dignidade em jornais do Estado Novo.

Nunca teve uma palavra de protesto público contra a supressão da Sociedade de Escritores Portugueses.

Nunca protestou contra os julgamentos políticos nos Tribunais Plenários, nem mesmo quando os acusados eram católicos praticantes.

Nunca se colocou ao lado do Povo na luta pelas liberdades democráticas, nem mesmo nos chamados períodos eleitorais.

Nunca tomou posição ao lado dos estudantes portugueses, quando eles reclamam as liberdades académicas e o direito à cultura.

Nunca teve uma palavra de solidariedade para com os perseguidos por motivos políticos.

Nunca defendeu os trabalhadores portugueses em luta pelo pão e pelas liberdades sindicais. Nunca se pronunciou publicamente contra a perseguição do Estado Novo a Sua Excelência Reverendíssima o Bispo do Porto nem contra a prisão de padres católicos por motivos políticos.

Nunca condenou a instalação de base militares alemãs em território nacional nem condenou a continuação da ocupação americana dos Açores depois de terminada a segunda grande guerra.

Nunca se afirmou contra a entrega das riquezas nacionais aos monopólios estrangeiros.

Nunca se elevou contra a estrutura económico-social em que assenta o regime fascista de Salazar.

Pelo contrário, Vossa Eminência sempre apoiou a política geral de Salazar. Uma vez, ostensivamente; outras vezes, por meio de pastorais dirigidas aos católicos, sobretudo nas vésperas dos chamados actos eleitorais; outras vezes ainda, omitindo-se em face dos crimes cometidos pelo aparelho de repressão fascista.

Sempre se recusou a intervir a favor da amnistia aos presos políticos, mesmo quando solicitado pelas próprias famílias dos presos.

Também é um facto que Vossa Eminência nunca condenou a guerra colonial movida pelo fascismo aos Povos de Angola, Guiné e Moçambique e até, na sua qualidade de Bispo das Forças Armadas, tem abençoado as tropas que partem para essa guerra.

Ainda há poucos meses, Vossa Eminência recebeu cumprimentos coletivos dos ministros, militares de Salazar e seus estados maiores que o foram saudar na sua qualidade de Bispo das Forças Armadas e, em resposta a tais cumprimentos, Vos-

sa Eminência não protestou contra a guerra colonial nem contra a afirmação de que o que esses militares fazem contra os Povos de Angola, Guiné e Moçambique é para defesa da Civilização Cristã!

Senhor Cardeal Cerejeira!

Como é possível apresentar-se perante o Povo Brasileiro, que sempre combateu o colonialismo, o Bispo de umas forças armadas que estão neste momento conduzindo uma guerra de genocídio contra o Povo Angolano, sabendo que no Brasil há tantos descendentes de Angolanos?

Como é possível Vossa Eminência vir falar ao Povo Brasileiro na Comunidade Luso-Brasileira tal como foi imaginada por Salazar, quando em livros de História de Portugal aprovados pelo Estado Novo, o Rei D. Pedro IV (Pedro I no Brasil) é apontado à Juventude Portuguesa como traidor à Pátria?

Pois bem!

Apesar das suas palavras e dos seus silêncios até agora e mesmo que admita que o Povo Português tenha sérias razões para duvidar da sua sinceridade, entendemos que Vossa Eminência não deverá perder a oportunidade de se pronunciar claramente,

**pelas liberdades democráticas
contra a guerra colonial
contra o imperialismo
contra a estrutura económico-social que tem sustentado o fascismo salazarista.**

E entendemos que Vossa Eminência deve pronunciar-se, porque, como diz o Poeta,

"Chega um tempo de agir no
[no sentido do Tempo
"tempo de se ganhar o tem-
[po já perdido"

e, de facto, já estamos no tempo em que a Igreja Católica se recusa, pela voz dos seus mais altos dignatários, a beatificar as ditaduras, o colonialismo, a tirania e o subdesenvolvimento.

Como Vossa Eminência sabe muito melhor que nós, para a Igreja Católica do nosso tempo, Paz significa Desenvolvimento e o Desenvolvimento exige a participação activa do Povo na vida política nacional, exige o regresso à Pátria do Dr. Mário Soares e de todos os deportados e exilados, exige que se acabe com a política de cegueira ao imperialismo, exige a independência das colónias, exige que se acabe com a estrutura económico-social que tem aguentado o fascismo.

Estas reivindicações não são as de um partido político, são as reivindicações básicas do Povo Português.

Vossa Eminência não pode ignorá-las, pois estamos no tempo do Concílio Vaticano II, tempo em que se afirma

"Tudo que ofende a dignidade [humana, como as condições "infra-humanas de vida, os en- [carceramentos arbitrários, "as deportações, a escravidão... [todas estas práticas "e outras emelhanes são efec-

[tivamente dignas de censura. [Enquanto elas infeccionam a [civilização humana, "desonram mais os que as prá- [ticam do que aqueles que "padecem tais injúrias. E con- [tradizem sôbremeiramente a "honra do Criador". (Gaudium et spes, n.º 27)

Temos a certeza, Senhor Cardeal Cerejeira, de que os Católicos Portugueses aguardam há muitos anos uma declaração de Vossa Eminência contra o fascismo e pela liberdade. Recife, 12 de abril de 1.968. Ru# Luis Gomes José Morgado.

Repudiando uma calúnia

Publicamos abaixo o texto de um comunicado à imprensa divulgado pelos democratas portugueses de São Paulo no dia 23 de Abril:

"A propósito de notícias divulgadas pela Imprensa de São Paulo segundo as quais o grande dispositivo de segurança montado pelas autoridades desta capital por motivo da visita do Cardeal Patriarca de Lisboa seria devido ao receio de um atentado dos anti-salazaristas portugueses do Brasil contra aquele purpurado, os signatários, interpretando os sentimentos das organizações democráticas portuguesas deste País, sentem-se no dever de vir junto da opinião pública brasileira fazer a seguinte Declaração:

- 1 — Repudiam com indignação o boato calunioso;
- 2 — Lembram que entre os adversários da Ditadura Portuguesa o setor católico ocupa um lugar de grande importância e que todos aqueles que combatem Salazar no Interior e no Exterior respeitam os sentimentos religiosos que são um fato na maioria do povo português;
- 3 — Condenam o terrorismo como método de ação política;
- 4 — Responsabilizam a PIDE pela divulgação do rumor. É a Polícia Política salazarista quem recorre a métodos terroristas incompatíveis com a observância dos princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem, assinada pelo governo de Lisboa. Esta nova manobra policial-fascista confirma apenas aquilo que a própria imprensa brasileira tem afirmado com insistência: a PIDE continua operando no Brasil, num desafio fron-

tal à Constituição deste País, violando a sua soberania.

Pelo CENTRO REPUBLICANO PORTUGUES, João Sarmiento Pimentel; pela UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA, Joaquim Barradas de Carvalho; pelo "PORTUGAL DEMOCRÁTICO", Miguel Urbano Rodrigues.

Católicos Brasileiros

(Continuação da pág. 1) elevada consideração, apresentamos a Vossa Eminência os nossos melhores cumprimentos".

N. da R. — O documento que acima publicamos, teve larga divulgação na imprensa brasileira.

FREI CHICO

Ao tomar conhecimento do texto, o Superior do Convento dos Dominicanos de São Paulo, Frei Francisco de Araujo, após nêle a sua assinatura declarando-se de acôrdo com o conteúdo.

O 14 de Abril

Comemorando o 37.º aniversário da proclamação da República Espanhola, o Sr. Lorenzo Serrano, representante do governo republicano espanhol no exílio ofereceu no Hotel Othon Palace um coquetel durante o qual foram pronunciados vários discursos alusivos ao significado da data. O Centro Republicano Portugues estava representado pelo seu presidente Sr. comandante João Sarmiento Pimentel, e Portugal Democrático pelo nosso companheiro de redação Miguel Rodrigues.

Apêlo aos leitores

Portugal Democrático vive permanentemente em situação deficitária. As nossos receitas certas, provenientes de contribuições regulares e das assinaturas, não bastam para cobrir as despesas mensais — composição, impressão, papel e correio — cujo volume aumenta de numero para numero. É apenas graças a ajudas extraordinárias, principalmente vindas do Exterior, que o nosso jornal tem podido manter-se, sem interromper nunca a sua publicação. Ultimamente, porém, temos recebido poucos desses donativos providenciais. Entretanto, o custo da composição e da impressão elevou-se sensivelmente. A sobrevivência desta tribuna anti-fascista encontra-se novamente ameaçada. Não fôra o empréstimo — que teremos de reembolsar — generoso de um companheiro, e o ultimo numero não teria podido ser editado.

Nesta difícil situação, endereçamos um apelo a todos os nossos assinantes e amigos espalhados pelo mundo para que venham em nosso auxilio, enviando-nos contribuições extraordinárias. Prestes a entrar no 13.º ano de existência — um record entre os órgãos anti-fascistas portugueses publicados no Estrangeiro, Portugal Democrático vê a sua continuidade ameaçada por falta de apoio financeiro. Lembramos a todos os que desejarem ajudar-nos que podem enviar-nos para a nossa Redação, R. Conselheiro Furtado, 191 — São Paulo, cheques em divisas (dolares, libras, francos) pagáveis em qualquer praça européia ou americana.

RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouça a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUES

Nolas e comentários

Um discurso de Paz

A Guiné dita portuguesa é um pequenino país na imensidão africana. Mas o desenrolar dos acontecimentos históricos veio provar nos últimos anos que o seu povo tem uma personalidade inconfundível e que está disposto aos maiores sacrifícios para conquistar a independência. Os guineenses não só souberam construir um grande partido revolucionário — o P. A. I. G. C. — como oferecem diariamente ao mundo as mais inequívocas provas de que não estão preparados apenas para ganhar a Guerra mas também a Paz. Ao longo de cinco anos de luta armada, durante os quais libertaram já mais de metade do território nacional, os combatentes do P. A. I. G. C. impuseram-se ao respeito universal pela coragem, pela tenacidade, pela originalidade estratégica e tática evidenciadas numa guerra que lhes é imposta e pela serenidade, pelo senso de organização, pela extraordinária capacidade criadora demonstrada na organização das zonas libertadas do colonialismo, onde se acha solidamente implantado o poder popular revolucionário.

O exemplo vietnamita acode instintivamente à memória quando se pensa no combate heróico do povo guineense. Há em ambos o mesmo carácter de epopeia, a mesma fé sobrehumana, a mesma desconcertante originalidade, a mesma certeza na vitória, a mesma ausência de ódio.

A histórica Declaração de Amílcar Cabral, que publicamos noutra página, constitui uma reafirmação da linha política do P. A. I. G. C. Ao libertar unilateralmente três prisioneiros de guerra, o secretário do P. A. I. G. C. — hoje um dirigente revolucionário respeitado em todo o mundo — relembra uma vez mais aquilo que é do domínio público: que os guineenses não lutam contra o povo português, mas sim contra o colonialismo português; que dispõem aos prisioneiros um tratamento humanitário enquanto o adversário os mata e tortura; que cresce em Portugal a revolta contra a guerra colonial, inclusive no seio do Governo; que as forças armadas guineenses são cada vez mais fortes e transformaram numa palhaçada a "visita" do almirante Américo Tomás; e que a própria cidade de Bissau está doravante exposta aos golpes devastadores do P. A. I. G. C.

Amílcar Cabral foi claro. Libertando esses três prisioneiros, quis chamar para a luta do seu povo a atenção da opinião pública internacional e encorajar todos aqueles que em Portugal lutam contra a esolada colonialista. Sua Declaração conclui com um apelo à Paz. Militarmente, as forças do P. A. I. G. C. não podem ser derrotadas pelas tropas salazaristas. É portanto de uma posição de força que se dirige ao adversário, informando-o de que os guineenses estão prontos a suspender os combates, a fim de achar uma solução política para o conflito que os opõe não ao povo mas ao governo português. Apresenta uma única condição: o reconhecimento por Lisboa do direito inalienável do povo da Guiné à independência.

Salazar não responderá. Fa-

zê-lo e aceitar o diálogo seria apressar o fim do colonialismo em Angola e Moçambique. Mas o gesto de Amílcar Cabral, de ressonância mundial, teve o duplo mérito de chamar a atenção para a epopeia guineense e de desmascarar ainda mais completamente o colonialismo salazarista.

A lição da Guiné

A pequenina Guiné encerra para nós, anti-fascistas portugueses, muitas e proveitosas lições. Os êxitos que o seu povo, sob a lucida direção do P. A. I. G. C. vem alcançando na luta contra o colonialismo fascista representam uma lição permanente oferecida aqueles que em Portugal seguem as duas correntes que, alternadamente estão "na moda": o esquerdismo e o aventurismo e oportunismo de direita. Aos primeiros, a luta dos guineenses mostra que um problema político como o português não pode ser solucionado por alguns homens corajosos decididos à luta armada. O contraste que o P. A. I. G. C., com o seu alto nível de organização e com a sua admirável unidade, apresenta com os movimentos de outras colônias, é expressivo. Os seus êxitos políticos e militares jamais teriam sido possíveis sem essa ORGANIZAÇÃO e essa UNIDADE que o transformam num caso à parte, não já nas colônias portuguesas, mas em toda a África. Por outro lado, essas mesmas virtudes têm o peso de uma lição dada aos oportunistas de direita, cuja pusilanimidade os leva a descreer das massas, desistindo da atividade revolucionária e alimentar ilusões na queda automática do regime.

A verdade é que essas duas tendências negativas desenvolvem nas massas a expectativa, a inércia e a passividade. Não vamos evidentemente sustentar que a luta de guerrilhas seria uma solução para o problema do derrubamento do fascismo. Semelhante absurdo não cabe na cabeça de nenhum revolucionário sensato. Mas nem por isso o exemplo do P. A. I. G. C. é menos válido. A partir de uma organização quase perfeita para as condições locais, os guineenses souberam formular a estratégia e a tática adequadas à realidade objetiva com que se defrontavam.

Em Portugal foi já formulada a única estratégia revolucionária que poderá derrubar o fascismo, criando condições para uma rápida destruição das estruturas fascistas e para a consequente democratização do País. É uma estratégia insurreccional, que terá como desfecho o levantamento nacional. As linhas gerais dessa política mereceram a aprovação da I Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional e encontraram a sua tradução prática na elaboração da Plataforma Política posteriormente elaborada.

O que falta, infelizmente, é a existência entre as forças antifascistas de uma UNIDADE e de um nível de ORGANIZAÇÃO que tornam viável, a curto prazo, a realização dos objetivos propostos, aproximando-nos da vitória final.

De 63 a 65 o esquerdismo foi

a tendência negativa que mais e fez sentir no movimento antifascista português. Tanto no plano ideológico como na atividade prática, essa tendência sofreu sérios golpes, de rescendo a sua influencia temporariamente. Veio o refluxo. Em 66 e 67 as tendências de direita ganharam novo alento. Em torno do mito dos "dissidentes", agitado pela burguesia liberal e por certos sectores socialistas, verificou-se um surto oportunista caracterizado pela renúncia a objetivos fundamentais da Revolução e ela substituição da luta popular por manobras de bastidores, pelo debate em torno da possibilidade de um compromisso com os chamados "dissidentes" e pelo abandono de uma perspectiva revolucionária. No ano que se inicia a maré pode mudar. O combate firme e intransigente ao oportunismo de direita continua sendo uma necessidade, mas há indícios de que essas tendências principiam perdendo terreno em benefício das tendências esquerdistas e aventureiristas.

"Portugal Democrático" denuncia umas e outras como contrárias aos interesses da luta travada pelo povo português e espera que todos os antifascistas conscientes saibam combatê-las com igual determinação.

Criminosos de Guerra

Os crimes praticados pelo Exército colonialista em Angola são insuficientemente conhecidos; é evidente que se, por um lado, interessa à ditadura portuguesa ocultar aos olhos do mundo o verdadeiro genocídio que se está praticando em nome de uma falsa civilização e de direitos mais que contestados, por outro lado a verdadeira "cortina de silêncio" corrida pelas nações imperialistas sobre todo o noticiário emanado das forças patrióticas de libertação impede que se conheça na sua amplitude tudo o que se tem praticado contra um povo que luta apenas para obter a sua libertação do jugo colonialista. Tudo aquilo que interessou divulgar quanto ao que acontecia nos campos de concentração nazistas repete-se em Angola sem que a verdade seja conhecida, pois ela não interessa às oligarquias que tantos benefícios colhem com os contratos leoninos feitos com o governo português e, muito menos, ao Terreiro do Paço. Há figuras nesta guerra colonial que passarão à História com o pior dos labéus, o estigma de bandidos que na realidade são. Há um celerado, que responde pelo nome de Alferes Robles, cujo divertimento predileto reside em reunir os habitantes das aldeias, informando que "lhes vai tirar o retrato"; uma vez todos juntos funcionam a metralhadora, assassinando velhos, mulheres e crianças. Assim são mortos centenas de angolanos. Pois este "herói", digno émulo daqueles que na Gestapo — a mesma Gestapo que organizou em Portugal os serviços da PIDE — foi condecorado em Lisboa, presentes o "Presidente" Tomás e o ditador Salazar. Há também o Alferes Esteves Pinto, bem conhecido na Universidade como fascista, que "brinca" com os prisioneiros, enterrando-lhes uma faca na barriga, sob o pretexto, a que ele acha muito graça, de que "sua mãe não gosta de o ver com facas na mão". Há ainda o Alferes Duque, cuja especialidade é enterrar vivos os prisioneiros, com um braço de fora e na mão uma laranja, deliciando-

se com o espectáculo de ver a laranja espremida pelos últimos estereótipos da agonia do pobre infeliz. Temos o Alferes Linhares, que se gaba de cortar as cabeças dos angolanos com um só golpe de catana, o Capitão Mendonça, também condecorado — et pour cause — que passeia em Luanda exibindo, à cinta, as orelhas dos prisioneiros e há toda uma horda de bandidos que, instruídos para assassinar, e assassinar a sangue frio e sem contemplanções, procurando assim exterminar os que se opõem à tirania salazarista, e assim procedendo sem que a consciência os acuse, sabendo que, pelo contrário, serão aclamados como heróis por aqueles que pretendem a todo o custo manter o poder conquistado pelo assalto, contra tudo e contra todos.

O emigrante português em França

Realizou-se recentemente em Paris um "Encontro" versando problemas dos emigrantes portugueses em França, cuja precária situação, mas ainda assim melhor do que a que os espera em Portugal, é de todos conhecida. Ao contrário do que poderia julgar-se pelo fato do evento ter sido promovido pela chamada "Associação Nacional dos Trabalhadores Portugueses em França", o mesmo parece não ter tido a menor interferência desses trabalhadores nas discussões que se verificaram. No decorrer do "Encontro" peroraram diversos oradores, nenhum no entanto realmente emigrante e menos ainda trabalhador. O relato da famigerada ANL que nos dá a imagem do que teria sido esse "Encontro", embora procurando mascarar a verdade com uma falsa ideia do que na realidade se passa não pode deixar de transparecer as condições lamentáveis desses núcleos de emigrantes, quase todos trabalhadores não qualificados e por isso mesmo obrigados a aceitar toda e qualquer forma de ganhar o suficiente para viver ou vegetar, que é o verdadeiro termo — quem não se lembra das "bindonvilles" onde a maior parte dos ocupantes são portugueses? — e, se possível, enviar para os seus, que em Portugal morreriam à mingua sem essa ajuda, embora ela seja na verdade insignificante. Entre os oradores contava-se um diretor de Banco, que salientou a necessidade de proteger o "capital" dos emigrantes portugueses pois, segundo ele, é para acumular dinheiro que os mesmos deixam a terra natal e a própria família! O "Encontro", que seria risível se não fosse tão triste, deve ter sido pela amostra, um festival de imbecilidades pensadas e ditas por aqueles que nele intervieram e que, é evidente, nada têm a ver com os verdadeiros trabalhadores. Encerrou-se aprovando "por unanimidade" várias conclusões entre as quais constavam a que recomenda o aumento do número de párocos que servem aos núcleos lusitanos, os quais — os mesmos párocos — "devem receber conveniente preparação para esta obra missionária e diferente das outras" (sic) e a que pede que os auxílios e apóios oficiais, que pelo visto são mais que precários, se não inexistentes, sejam intensificados de modo a realmente preencherem as crentes necessidades daqueles que, para não morrerem de fome em Por-

tugal ou não serem enviados para morrer na guerra colonial, emigram, na maior parte das vezes clandestinamente, sem quaisquer condições de defesa para o que os espera, numa terra estranha, onde têm de aprender a falar uma língua para eles igualmente estranha, onde continuam estranhos, não se integrando nunca na vida da nação hospitaleira que os acolheu.

Cada vez somos menos

De acordo com o que nos informa o Anuário Demográfico Português, recentemente publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, a taxa de natalidade — referente a nados-vivos por mil habitantes — foi em 1965 a mais baixa verificada desde o ano de 1886. Com efeito, em 1965, essa taxa apresentou o índice de 210,299, contra 217,136 do ano de 1964, o que quer dizer que, em percentagem, desceu de 23,75 para 22,77! Isto significa que se confirmou a tendência para a redução da natalidade dos portugueses, a qual mostra cerca de 25% de baixa entre os primeiros e os últimos quinquênios no período de 1886 a 1950, não se mantendo portanto a estabilização que parecia fixada no decénio de 1951 a 1960. Contata-se assim que a taxa de excedentes de vida registrada em 1965 foi a mais baixa dos últimos dez anos, embora naquele ano se acentuasse a redução da mortalidade, que se fixou em 10,31, pois de fato o excedente de vida, o qual representa a diferença entre os nados-vivos e os óbitos foi de 115,112, o que corresponde, em percentagem, a 12,46. Que quer isto dizer? Que somos cada vez menos? Sem dúvida. Pois a redução da taxa de natalidade nada mais é que a tradução das dificuldades atuais dos portugueses para subsistir, representada pela ausência dos homens válidos, emigrando para outros países que oferecem melhores condições de vida ou enviados como "carne de canhão" para as colônias para prosseguir a guerra de genocídio empreendida pelo megalómano que há tantos anos tem em suas mãos tintas de sangue as rédeas do poder. Pela nossa parte não temos dúvidas que essa redução da taxa de natalidade se acentuará cada vez mais, na medida em que o ditador intensifique a guerra colonial que empreendeu anos atrás contra populações indefesas, que nada mais desejam que a liberdade.



Pedidos à nossa Redação, à Rua Conselheiro Furtado, 191 - S/2

Aumentam os Protestos Contra a Deportação do Dr. Mário Soares

O acontecimento político de mais destaque no mês passado foi indiscutivelmente a deportação para a Ilha de São Tomé do dr. Mário Soares. Preso treze vezes, das quais doze sem culpa formada, opositor inflexível ao regime salazarista, o dr. Mário Soares é agora o primeiro a sofrer a aplicação da nova escalada da repressão em Portugal: a deportação sem julgamento para uma das colónias africanas, de clima insalubre.

VIOLÊNCIAS DA POLÍCIA NO AEROPORTO

O nosso correspondente em Lisboa enviou-nos o seguinte relato das circunstâncias que antecederam a deportação, assim como da brutal agressão da PIDE aos amigos e correligionários de Mário Soares, que estiveram no Aeroporto de Lisboa à sua partida. Como se sabe, o dr. Mário Soares tinha acabado de passar alguns meses na prisão e fôra libertado a 7 de Março, ficando depois disso sob intensa vigilância da PIDE. Alguns dias depois, por motivos profissionais, dirigia-se à Ilha da Madeira e, quando já estava no avião, a Polícia Política impediu-o de partir. Dirigiu-se então com a família ao Algarve, e quando regressou, no dia 19, foi preso logo à chegada. A Polícia consentiu que Maria Barroso, sua mulher, o visitasse à tarde. Nessa ocasião Mário Soares disse-lhe que o iam deportar no dia seguinte para São Tomé com residência fixa, por decisão do Conselho de Ministros. No dia seguinte, ainda consentiram que Mário Soares se despedisse da família, mas nunca dizendo a hora da partida. Maria Barroso, por sua iniciativa, soube que o avião partia à uma da madrugada. Apesar do escasso tempo para divulgar tal fato, juntou-se no aeroporto uma enorme multidão, na maioria composta por estudantes, advogados e professores. Pouco antes da largada do avião, entrou na pista um carro de onde saiu o dr. Mário Soares e vários agentes da PIDE. A multidão bateu palmas e gritou pelo nome dele várias vezes. Então, a Polícia Política, armada de matracas, atacou os presentes com selvageria. Completamente alucinados os PIDEs pareciam feras: atiravam-se às pessoas e batiam a torto e a direito. Da refrega saíram com ferimentos o dr. Mário Dionísio e o Professor da Faculdade de Letras, dr. Lindley Sintra. Contra os estudantes, a violência era ainda maior. Nem as crianças e os estudantes secundários do Colégio Moderno escaparam à sanha da PIDE. Uma senhora foi arrastada pelos PIDEs, derrubada no chão e violentamente espancada. O escritor e jornalista José Tengarrinha e o Engenheiro Areosa Feio foram também agredidos, bem como o dr. Salgado Zenha, que ficou com os óculos quebrados. O número de prisões efetuadas na altura é elevado.

COMUNICADO OFICIAL DO SALAZARISMO

Entretanto, perante a comoção que a notícia provocou na opinião pública portuguesa, o fascismo achou necessário dar uma explicação. E deu-a, nos termos que abaixo transcrevemos, por intermédio do seu órgão oficial de propaganda, o SNI.

"Ao abrigo do disposto no artigo 4.º do decreto-lei n.º 36.387, de 1 de Julho de 1947, foi fixada residência na ilha de S. Tomé ao dr. Mário Soares. O referido artigo é do seguinte teor: "Além dos casos de aplicação pelas autoridades competentes das providências de liberdade condicional ou vigiada e de expulsão do território nacional, pode o Conselho de Ministros, para garantia da ordem pública e segurança das instituições, proibir a residência no País ou fixar a residência em qualquer parte do território nacional a todos os indivíduos cuja actividade faça reatar a perpetração de crimes contra a segurança do Estado".

Esta nota oficial constitui um primor de cinismo e a confissão oficial de que em Portugal é possível deportar um adversário político apenas pela presunção de que ele venha a praticar qualquer delito contra a segurança do Estado.

A monstruosidade jurídica que a aplicação deste decreto constitui, não deixará, estamos certos disso de ser denunciada pelos juristas democratas do mundo inteiro.

PROTESTO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

A deportação, como esperávamos, provocou grande repercussão em muitos países. No número anterior de PORTUGAL EMOCRATICO já demos conta de algumas manifestações de repulsa verificadas no Brasil perante mais este crime do fascismo português. Hoje, acrescentamos aos professores universitários que protestaram em termos veementes contra a deportação, os nomes dos seguintes professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo:

ENZO AZZI (Diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras São Bento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo); Padre PAULO EDGAR RESENDE (Professor de História das Doutrinas Políticas da mesma Faculdade e Universidade); Capelão da mesma Faculdade e Universidade); MAURÍCIO TRAGTENBERG, Professor de História do Brasil; CASIMIRO DOS REIS FILHO, Professor de Filosofia da Educação; WALTER GARCIA, Professor de Teoria da Educação; MARIA DO CARMO GUEDES, Professora de Psicologia; HERMA B. BAUERMEISTER, Professora de Psicologia; HAYDEE ROVEKATTI, Professora de Sociologia; PEDRO CALIL PADIS, Professor de Economia; CIRLEY MOTTA COLANGELO, Professora de História Moderna e Contemporânea; Padre ALFEU DOMINGUES LOPES, Professor de Introdução aos Estudos Históricos; ODILON NOGUEIRA DE MATOS, Professor de História Social e Económica; CARMEN SYLVIA JUNQUEIRA DE BARROS LIMA, Professora de Antropologia; OTILIA B. F. ARANTES, Professora de Filosofia; ANTONIO WALDIR BISCARO, Professor de Psicologia Industrial; JOSILDETH GOMES CONSORTE, Professora de Antropologia; BEATRIZ MONIZ DE SOUZA, Professora de Antropologia; HELOISA CAMARGO AZYMANSKI, Representante dos Professores Assistentes; Padre WALMIR DA

SILVA GOMES, Professor de Filosofia; THERESA HANTZCHEL, Professora de Psicologia; LUCRÉCIA D. A. FERRARA; ANTONIO JOAQUIM SEVERINO, Professor de Filosofia; ANTONIETTA DE AGUIAR NUNES, Professora de História do Brasil e Historiografia; GUI-LHERME DUTRA DA FONSECA, Professor de Estudos Brasileiros e Geografia Aplicada; CARLOS E. M. MATHEUS, Professor de Filosofia da História.

COMENTÁRIOS DA IMPRENSA INTERNACIONAL

A imprensa internacional noticiou a deportação em termos inequívocos. Seleccionamos, das dezenas de notícias publicadas, apenas as de dois dos mais importantes jornais do mundo: O *New York Times* e *Le Monde*. O primeiro escreve: "O Governo de Oliveira Salazar prendeu o decreto a deportação do líder socialista dr. Mário Soares. Por ordem do governo de Salazar, o dr. Soares, advogado de 43 anos, será deportado para a Ilha de São Tomé, uma província portuguesa situada no Golfo da Guiné, a 248 milhas do continente africano, onde ficará em prisão domiciliar por período indefinido. Segundo os jornalistas portugueses, não há memória de uma deportação como esta desde a 2.ª Guerra Mundial Mário Soares que é a figura mais aberta da oposição já foi preso onze vezes. Tinha sido encarcerado ultimamente em 13 de dezembro, tendo passado na prisão cerca de três meses. Segundo as leis portuguesas, uma pessoa pode ficar na prisão durante seis meses sem acusação formal. Ao enviar para São Tomé o dr. Soares, Salazar espera libertar-se do seu mais conhecido opositor, sem necessitar de levá-lo a julgamento, fato que certamente provocaria reação pública. O advogado foi preso no seu escritório e levado para a prisão de Caxias, fora de Lisboa. Mais tarde foi autorizado a comunicar a sua mulher a ordem de deportação que, segundo a polícia, veio diretamente do Conselho de Ministros, do gabinete do dr. Salazar. Desde que saíra da prisão, no dia 1 de março, Mário Soares tinha sido molestado pela PIDE. Era seguido pela Polícia secreta, para onde fôsse, e impediram-no de partir para a Madeira, onde pretendia descansar com sua mulher. O regime de Salazar tem muitas contas a acertar com o dr. Soares e aparentemente decidiu fazê-lo agora, por causa da sua crescente reputação no estrangeiro. Mário Soares atingiu proeminência internacional como advogado do General Humberto Delgado, líder da oposição assassinado há três anos. A partir de então conseguiu o reconhecimento internacional do movimento socialista português e tem mantido vários contactos com chefes socialistas europeus".

Quanto a *Le Monde*, depois de publicar o telegrama de Lisboa, expressa assim o seu comentário: "Corajoso, inteligente, dinâmico, mantendo numerosas relações com os dirigentes socialistas da Europa Ocidental, o dr. Mário Soares enfrenta há muito tempo as provocações policiais de um regime arcáico, que nunca procurou, ao contrário da Espanha franquista, es-

boçar a mínima "liberalização" das suas instituições. Parece mesmo que a repressão policial, dirigida pela célebre PIDE, se acentua e que as prisões arbitrárias se multiplicam. A aplicação das "medidas de segurança" permite manter indefinidamente na prisão os oponentes, de todas as opiniões. E o campo de concentração do Tarrafal acaba de ser reorganizado tal como nos assinalava recentemente um dos nossos leitores. A maneira como Mário Soares tentou fazer luz sobre o assassinio pela PIDE do general Delgado já lhe valera várias pri-

sões". Depois de afirmar que a deportação "teria sido decidida pelo próprio dr. Salazar", o influente jornal parisiense termina assim o seu comentário: "Ao que parece, o governo de Lisboa não perdoa a Mário Soares o fato de ter contribuído para difundir as revelações sobre o "escândalo dos balões cor-de-rosa". Várias personalidades do regime, na verdade, estão comprometidas neste caso de desvio de menores e sabe-se que o Ministro da Justiça se demitiu devido às pressões oficiais que tentavam abafar o escândalo".

Conferência de Imprensa em Paris

Entretanto, em Paris, o Comité Francês pela Anistia em Portugal e o Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal, concederam a 29 de março uma entrevista coletiva à Imprensa.

Estiveram presentes nesta Conferência de Imprensa representantes de numerosos partidos e organizações; (Partido Socialista S.F.I.O., Federação da Esquerda Democrata e Socialista, Partido Radical e Radical Socialista, Partido Comunista Francês, Partido Socialista Unificado, Liga Internacional dos Direitos do Homem e Liga Francesa dos Direitos do Homem, Associação Internacional dos Juristas Democratas e Associação Francesa dos Juristas Democratas, Socorro Popular Francês, CIMADE, Amicale Dos Argelinos na Europa e Frente Patriótica de Libertação Nacional de Portugal).

A Conferência realizou-se na sede da Federação de Paris do Partido Socialista SFIO, em presença de mais de 80 pessoas.

A mesa da Conferência era constituída pelas seguintes personalidades: Advogado Pierre Gilhodés — membro do Comité Francês pela Anistia em Portugal, pelo operário vidreiro Tomás Rato — que passou mais de 13 anos no campo de concentração do Tarrafal — e pelo Dr. Leite Faria, membro do Comité Para a Defesa das Liberdades em Portugal.

De entre os numerosos democratas que compunham a assistência, destacamos: a escritora D. Maria Lamas, o historiador dr. António José Saraiva, prof. Coimbra Martins, Manuel Alegre — representante da Frente Patriótica de Libertação Nacional — Humberto Lucas — representante do Secretariado dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro — Eng.º Lopes Cardoso, jornalista Veiga Pereira, dr. Silas Cerqueira, Campos Lima, dr. Marques dos Santos e dr. José Dias. Foram recebidos telegramas de saudação da *Pax Romana* e do escritor Victor de Sá.

A abrir, falou o advogado Gilhodés que traçou em linhas gerais a história do Comité Francês pela Anistia em Portugal e referiu algumas das iniciativas tomadas por este Comité desde a sua fundação em 1962.

Falou seguidamente o dr. Leite Farias que, depois de ter historiado o fato, acentuou que

esta deportação mostra uma agravação dos métodos repressivos, atingindo os mais diversos setores da oposição e provando a evidência que não passa de vã ilusão qualquer esperança de liberalização do regime. Com efeito — disse — além dos militantes anti-fascistas contra os quais esta máquina repressiva funciona a fundo há alguns anos, como os dirigentes operários Sofia Ferreira, que há mais de dez anos se acha na prisão, embora a sua pena tenha terminado em 1965; Pires Jorge, na prisão há onze anos, depois de vinte de clandestinidade; Aida Paulo, condenada em 1958 a 2 anos e meio, que só terminaram em 1965 e, presa novamente no ano passado, tendo sofrido as piores torturas, a polícia política começou recentemente a atacar setores relativamente poupados até agora: dissolveu a Associação Portuguesa de Escritores, fechou casas editoras e uma cooperativa católica, prendeu escritores e dramaturgos, como Stau Monteiro etc. O dr. Leite Faria terminou apelando para a opinião pública internacional, no sentido de denunciar os crimes cometidos pela PIDE e manifestar a sua solidariedade para com as vítimas da repressão e, por outro lado, de impedir qualquer forma de apoio ao governo fascista português, nomeadamente no que diz respeito à guerra colonial. Falou depois o advogado Leclerc, representante da Federação Internacional dos Direitos do Homem, que denunciou o desrespeito diário do governo salazarista aos Direitos do Homem em Portugal. Seguidamente usou da palavra o advogado Guillenau, em nome da Associação Internacional dos Juristas Democratas, que focou a violência repressiva de que são vítimas os democratas portugueses e propôs o lançamento de uma campanha internacional de solidariedade aos presos políticos portugueses. Em nome do P.C.F. falou Garcia que apoiou a proposta feita pelo dr. Guillenau e insistiu para que a Assembleia Nacional Francesa tome posição sobre a repressão em Portugal.

Além da denuncia junto dos órgãos de informação, esta entrevista coletiva constituiu uma significativa manifestação de solidariedade das forças democráticas francesas para com a luta do povo português contra o fascismo e em defesa dos presos políticos.

PROTESTO DA COMISSÃO INTERNACIONAL DOS JURISTAS

No dia 19 de abril as agências internacionais transmitiam de Genebra um telegrama anunciando que a Comissão Internacional de Juristas tinha condenado a "impiedosa máquina de repressão" de Portugal, que desterroou, no mês passado, o advogado português Mário Soares e que nenhum outro dos líderes da oposição ao regime de Salazar.

A Comissão protestou energicamente contra as medidas adotadas contra o dr. Soares, que se converteu no símbolo de todas as vítimas da ação repressiva em Portugal.

A Comissão de Juristas, integrada por mais de 46.000 advogados em todo o mundo, é uma organização que assessora as Nações Unidas. A nota hoje divulgada diz que a AIJ deseja chamar a atenção do mundo para um regime "onde inexistem os direitos e garantias ao indivíduo e onde qualquer pessoa pode ser detida várias vezes e por até 90 dias sem qualquer acusação formal".

INICIATIVA DE "A VOZ DO EMIGRADO"

O jornal A VOZ do Imigrado, que se publica em Paris e defende os interesses das centenas de milhares de emigrados portugueses que vivem em França, tomou a iniciativa de enviar a Américo Tomás, a Salazar e seus ministros o seguinte documento, que presentemente já conta com elevado número de assinaturas:

Senhores:

A deportação do advogado MARIO SOARES para a ilha de S. Tomé e o precedente que isto abre para a deportação de muitos democratas portugueses; a gravidade do estado de saúde do dirigente operário JOAQUIM PIRES JORGE presentemente na fortaleza-prisão de Peniche; o caso de SOFIA FERREIRA, isolada e doente numa cela da prisão de Caxias, já com a pena terminada desde Outubro de 1965; a situação de outros democratas presos; cujo estado de saúde inspira igualmente sérios cuidados; as



PIRES JORGE

prisões e condenações de operários, só por defenderem o direito à greve; os espancamentos e torturas na PIDE, a monstruosidade das chamadas "medidas de segurança", prolongando indefinidamente o cativeiro de muitos democratas, as crueldades e provocações a que são sujeitos os presos políticos portugueses, e tantos outros factos que se dão em Portugal e que nos recordam tristemente a

época de perseguições e de terror do nazi-fascismo, suscitam em França um vasto movimento de indignação e de protesto e levam os abaixo-assinados a exigir.

1.º — O regresso da ilha de S. Tomé do advogado MARIO SOARES e que nenhum outro democrata seja deportado para as colónias portuguesas de África

2.º — Hospitalização e libertação imediata de Joaquim Pires Jorge.

3.º — Libertação imediata de SOFIA FERREIRA e extinção das medidas de segurança.

4.º — Hospitalização de todos os democratas portugueses actualmente na prisão, cujo estado de saúde o requeira.

5.º — Ampla anistia e que se acabe de vez com o regime de arbitrariedades e de terror que domina actualmente em Portu-

LEGALIZAÇÃO DE NOVOS CRIMES

A deportação do dr. Mário Soares veio lembrar que, além da lei celerada a que atrás nos referimos (de 1 de julho de 1947) que permite ao fascismo português, sem julgamento, "proibir a residência no país isto é em Portugal metropolitano) ou fixar a residência em qualquer parte do território nacional (isto é, nas colónias), a qualquer português opositor ao regime, o salazarismo forjou outra arma, que leva a reechar o alargamento em grande escala deste género de repressão. Trata-se do decreto-lei n.º 47.216, de 24 de setembro de 1966, segundo o qual "os Ministros da Justiça e do Ultramar, quando as necessidades do tratamento penitenciário o aconselhem podem autorizar: 1.º a execução nos estabelecimentos penitenciários do Ultramar das penas e medidas de segurança pronunciadas pelos tribunais da Metrópole e das Ilhas Adjacentes; 2.º o cumprimento, nos estabelecimentos apropriados da Metrópole ou das ilhas adjacentes, das penas e medidas de segurança ordenadas pelos tribunais das províncias de Ultramar".

Este decreto legaliza a deportação para os campos de concentração, nomeadamente o do Tarrafal (Ilhas de Cabo Verde) dos democratas portugueses e dos patriotas da Guiné, de Angola e de Moçambique. O campo de concentração do Tarrafal foi um instrumento de que Salazar se serviu durante 20 anos para aniquilar grande número dos que lutavam contra o fascismo. Só em 1955, graças a uma persistente campanha internacional e nacional este campo da morte foi fechado. Entretanto, logo em 1963 voltou a entrar em serviço, para receber os presos políticos angolanos e guineenses. A fim de camuflar a reabertura do campo de concentração do Tarrafal, e conscientes da sinistra reputação deste nome, as autoridades fascistas deram-lhe uma designação nova "campo de trabalho de Chão Bom". Na realidade, se Tarrafal era o nome da aldeia mais próxima do Campo, Chão Bom é, desde sempre, o nome do terreno onde o campo de concentração fôra construído.

Assim, a emoção internacional provocada pela deportação do dr. Mário Soares e a nova escalada da repressão fascista, assume um duplo aspecto: por um lado, reflete a indignação

perante uma medida repressiva arbitrária e cruel, tomada contra um valoroso democrata, lutador desde a juventude contra o regime de Salazar e elemento de destaque na oposição ao regime. Por outro lado essa emoção representa o receio que os círculos democráticos internacionais sentem, em relação à sorte das dezenas de presos políticos que se acham nos cárceres salazaristas. A arbitrariedade da prisão de Mário Soares, o perigoso precedente que ela abre, os decretos leis de que a ditadura portuguesa se rodeou a fim de levar o aparelho repressivo para o caminho da deportação e da reabertura dos campos de concentração nas colónias, vêm mostrar ao mundo inteiro, se ainda fôr necessário, que o regime facista não hesitará, se não se fizer sentir uma vaga internacional de protestos, que exerça sobre ele uma pressão duradoura, em levar cada vez mais longe a sua criminosa repressão à patriótica atividade dos democratas portugueses.

CARTA AO MINISTRO HERMES LIMA

JOÃO SARMENTO PIMENTEL

A propósito da deportação de Mário Soares, o comandante João Sarmento Pimentel dirigiu ao ministro Hermes Lima, do Supremo Tribunal Federal, a seguinte carta:

"Meu querido Amigo

Venho apelar para o seu alto prestígio e de seus pares da Suprema Corte de Justiça do Brasil lembrando-me o episódio daquele pequeno lavrador que na Alemanha de antanho respondeu às ameaças rapaces do poderoso terratenente: "Ainda há juizes em Berlim".

Nós, os portugueses, oprimidos pela cruel prepotência do ditador Salazar, só podemos dizer que "ainda há juizes em Brasília", os únicos que o fanático fradilhão de Santa Compa pode temer.

É assunto de justiça luso-brasileira, pois que envolve o crime de assassinato dum português e dum brasileiro: — o general Humberto Delgado e a sua secretária D. Arajarir Campos.

O processo corre na Itália, cúmplices são agentes da "PIDE" e seus auxiliares, um deles italiano, outro português residente na Itália e ainda um sinitro espião que anda por Marrocos a bancar de exilado político.

Advogado da Família Delgado é o Dr. Mário Soares, líder do Partido Socialista Português. Nos princípios do ano, a "PIDE" prendeu o Dr. Mário Soares inventando que ele estava envolvido numa tentativa de revolução contra a Ditadura, mas na verdade foi para evitar que o Dr. Mário Soares estivesse presente em Itália quando da reabertura dos trabalhos do Forum, em férias desde o Natal. Durante o tempo que esteve pre-

(Continua na pág. 6)



JUGOPETROL advertisement with logo and text in multiple languages.

Fac-simile de uma das páginas que a revista "O Ilustrado Político", de Belgrado, dedica ao escândalo de corrupção de menores. A direita, Salazar rezando; à esquerda, um grupo de adolescentes...

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

"O CASO PROFUMO DE PORTUGAL"

"Certamente o senhor deve estar querendo saber por que vim vê-lo" disse o elegante senhor de chapéu de diplomata na mão. Sentou-se calmamente no sofá de veludo e um perfume agradável invadiu a sala da polícia secreta, a P.I.D.E. O diretor então respondeu-lhe baixinho:

— "Eu sei, é por causa daquelas moças. Por que fez isto, senhor? Não sabia que é crime?"

— "Eu estou pronto, interrompeu-o o senhor de chapéu de diplomata, a dar 100.000 escudos para as obras da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré".

— "Senhor, em Portugal as leis ainda são leis".

— "Mas a Igreja de Nossa Senhora da Glória precisa de dinheiro acrescentou o visitante. Talvez uns 300.000 escudos sejam o suficiente. Eu estou pronto a pagar esta quantia".

O diretor levantou-se rapidamente da sua escrivaninha.

— "Desculpe-me senhor, mas eu volto a repetir. Em Portugal ainda as leis são respeitadas".

— "Senhor diretor, é nosso dever zelar pelo bem estar do atual regime que tem sido até agora a garantia da paz e da justiça no país. Declaro solenemente que lhe darei 600.000 escudos para serem utilizados no embelezamento da igreja de Nossa Senhora de Fátima".

O diretor sentou-se novamente e perguntou: "600.000 escudos? É muito dinheiro! Em nome de todos os portugueses que gostam da justiça eu ine agradeço, e mais, prometo-lhe que todos os romeiros jamais o esquecerão nas suas orações".

Um conhecido jornalista português, cujo nome, por motivos óbvios, deixamos de citar, teve a oportunidade de ler este relatório da polícia.

A história do porteiro

Esta conversa tem a sua história. Algo que aconteceu há algum tempo. Poucos meses atrás uma mulher de vida fácil, aparentando seus 40 anos, fez uma queixa no distrito policial do seu bairro, contra a própria filha. A menina escolheu o mesmo meio de vida da mãe e ganhava bem, mas gastava tudo sózinha "isto é justo?" perguntou a mãe e acrescentou, "eu eduquei-a e alimentei-a durante todos estes anos".

A filha foi interrogada pelo curador de menores e graças a ela foi descoberta uma rede de menores, com idades entre 15 e 16 anos, que operavam em Lisboa e nas redondezas e cujos fregueses mais importantes eram homens de destaque na vida política e económica do país. Os encontros tinham

lugar na cidade, e eram organizadas festas e shows que seriam certamente proibidos em qualquer boite do país.

Um dos pontos de encontro era um palacete na rua Marquês da Fronteira, ao lado da prisão da cidade. O dono da casa em seu depoimento disse, entre outras coisas, "eu encarregava-me das bebidas apenas. A última festa compareceram umas 12 pessoas. Homens e mulheres bem jovens vestidos somente com chapéus de palha. Acredito que poderia reconhecer alguns dos presentes".

E, assim começou o escândalo que abalou os alicerces do regime de Salazar. Tornou-se mais conhecido no mundo como o caso Profumo português, mas a verdade é muito mais do que isso".

Personalidades envolvidas

(...) Um grupo de cidadãos, desejando esclarecer tudo, apresentou queixa contra os envolvidos. Mas, de noite, a P.I.D.E. prendeu-os todos e encerrou o caso. Os documentos do escândalo estão todos guardados no cofre de Salazar, mas os boatos continuam por aí e sabe-se que entre os envolvidos estão, entre outros:

- * Correia de Oliveira, ministro das Finanças.
- * Almirante Quintanilha Mendonça Dias, ministro da Marinha.
- * General Gomes de Araujo, ministro da Defesa.
- * Dr. Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior, ministro do Interior.
- * Miguel Quina, diretor de um dos grandes bancos do país.
- * Rogério Silva, diretor de um banco.
- * Conde da Covilhã, prospero homem de negócios e ex-presidente da Câmara de Comércio de Lisboa.
- * Manuel Anselmo, um dos dirigentes mais destacados do Partido União Nacional.

Esta é apenas uma parte da extensa lista dos envolvidos no caso".

(in "O Ilustrado Político", Belgrado)

AS BORBOLETAS DE SALAZAR

Lisboa. — "O ano de 1968 será provavelmente um ano decisivo para o regime de Antonio de Oliveira Salazar. Após quase meio século de poder, o ditador, de oitenta anos, encontra-se no leme de um barco que mete água por todos os lados. A economia está em crise, em parte devido ao peso das guerras coloniais; o custo de vida aumenta; os capitais fogem para o estrangeiro, em vista de mercados mais atraentes; a oposição política, embora clandestina, alarga constantemente as suas bases, até mesmo às forças armadas.

(Continua na pág 6)

Pela amnistia e contra a repressão

EM PERIGO A VIDA DE PIRES JORGE

O temor pela vida do grande líder operário, de que nós temos feito e o várias vezes, aumenta, de novo, nos meios antifascistas portugueses. Sofrendo há muito de uma grave doença, o estado de Pires Jorge vem-se agravando sem que a PIDE, que o mantém encarcerado há longos anos, permita o tratamento conveniente.

As últimas notícias recebidas de Portugal, sobre o estado de saúde de Pires Jorge, são alarmantes. Após um longo período em que os carcereiros se mostraram insensíveis ao agravamento da doença, Pires Jorge foi novamente enviado, de urgência, para o Hospital prisão de Caxias para ser operado.

A vida preciosa do grande patriota e audacioso combatente da liberdade está em perigo. Se é certo que a cura completa dos males de que padece já não será possível — e disso é responsável o governo fascista de Salazar — é possível e necessário atenuá-los, mas para isso terá de ser tratado em condições propícias, isto é, em liberdade.

"Portugal Democrático", órgão unitário da Oposição democrática portuguesa do Brasil, apela para todos os democratas, para a opinião pública internacional no sentido de exigirem junto das autoridades portuguesas a imediata libertação de Joaquim Pires Jorge.

UM EXEMPLO A SEGUIR

Subscrito por dezenas de democratas portugueses radicados no Canadá, integrados na "Portuguese Canadian Democratic Association", foi enviado, em 20 de Fevereiro, ao Ministro da Justiça de Salazar o seguinte documento:

"Democratas Portugueses, residentes em Toronto, vêm junto de V. Excelência protestar veementemente contra a situação desumana em que se encontram os presos políticos

portugueses, os quais estão privados de assistência médica, sujeitos a bárbaros espancamentos e torturas, e de visitas dos seus familiares.

Exigimos a imediata libertação de Pires Jorge, que com a idade de 60 anos, já passou 11 anos nas cadeias políticas e cuja vida está ameaçada por falta de assistência médica adequada. É de lamentar, que portugueses fóra do seu país, leiam constantemente na imprensa estrangeira as condições precárias em que se encontram os presos políticos em Portugal.

Nós, abaixo assinados, exigimos a imediata libertação de Pires Jorge, assim como uma ampla e verdadeira amnistia para todos os presos políticos portugueses".

OUTRAS AÇÕES PELA LIBERTAÇÃO DE PIRES JORGE

Como referimos noutra local desta edição o movimento pela libertação de Pires Jorge, associado aos protestos contra a deportação, para a Ilha de S. Tomé, do líder socialista Mário Soares, está obtendo grande repercussão em França.

Contam-se já por milhares os portugueses emigrados e os cidadãos franceses, de todos os sectores sociais, que subscreveram o documento ao "presidente" Tomás que publicamos noutra página.

Outras acções de solidariedade de ao dirigente operário português e de protesto junto das autoridades fascistas estão em curso em Inglaterra, Alemanha, Suíça, Itália, Bélgica, Estados Unidos, Venezuela e Uruguai.

UM CRIME E UM DESAFIO

A foto que abaixo publicamos é de Lígia Calapez Gomes, uma jovem de 20 anos, estudante liceal, presa pela primeira vez em Janeiro de 1965 — tinha, então, 17 anos! — e encarcerada durante 7 meses.

Presa, novamente, em Fevereiro de 1966 e condenada a 20 meses, continua nas masmorras salazaristas, embora tenha terminado a pena em Outubro de 1967.

Acaba de cumprir o primeiro período das famigeradas "medidas de segurança" e a PIDE mantê-la-a indefinidamente na cadeia, se os democratas portugueses, se os amigos de Portugal e, em primeiro lugar, os jovens de todo o mundo, não pressionarem fortemente as autoridades fascistas.



LIGIA CALAPEZ

Lígia sofre de epilepsia, ultimamente com ataques frequentes e prolongados, e a sua frágil saúde foi ainda gravemente abalada com as torturas a que a PIDE a submeteu.

A situação em que se encontra Lígia é um crime e um desafio à consciência de todos os portugueses. Exigir a sua libertação é um imperioso dever, é uma imposição patriótica, independente de posições políticas. Escrevamos pois às Embaixadas de Portugal ou directamente para o Ministro da Justiça (Terreiro do Paço — Lisboa), reclamando que a jovem Lígia Calapez Gomes seja restituída à liberdade.

A CARTA DO COM. PIMENTEL

(Continuação da pág. 5) so foi cruelmente espancado pelos carcereiros alazaristas.

O clamor da Associação dos Advogados do Brasil, da União dos Escritores, professores e estudantes universitários do Rio, de São Paulo, amedrontou o ditador, e Mário Soares foi há poucos dias posto em liberdade.

Mas devem ter chegado ultimamente a Lisboa informações de que os trâmites do processo vão seguindo com cariz ameaçador para o prestígio do governo totalitário e que a próxima presença do Dr. Mário Soares em Roma iria agravar a situação já difícil para o mandante do crime, António de Oliveira Salazar, dono absoluto, vai para 40 anos, do governo de Portugal, mercê da tenebrosa política internacional dos Estados Unidos e da Inglaterra.

Para evitar um rápido desfecho do Processo, que acarreta condenação a pena maior dos executores do crime e cumplicidade infamante do rancoroso mandante, é indispensável a ausência do advogado da Família Delgado, Dr. Mário Soares, podendo assim adiarem-se os trabalhos de investigação e conclusão judicial.

Há também presentemente necessidade de afastar de Portugal um valor político da Oposição que encoraja e aumenta a inquietação, avolumando a onda de revolta que alastra nos países ibéricos sem permitir novos arranjos para os ditadores se aguentarem no Poder.

Para tanto, sem culpa formada, processo ou investigação legal, foi agora deportado para a Ilha de São Tomé, no golfo da Guiné, o Dr. Mário Soares.

Sabemos que Salazar tem necessidade cada vez maior do apoio do Brasil para suas maquiavélicas intrigas internacionais, apoio dos Altos Poderes desta grande e generosa Nação, e só dessa maneira ilude os seus patríctios convencendo-os numa aliança que pesa nos destinos e futuro do Estado Novo.

Como ainda há juizes em Brasília, nós, democratas portugueses, confiamos (não sei bem por que Código duma consciência luso-brasileira) que o Dr. Mário Soares, por sua magnânima intervenção, vai obter a liberdade, regressar a Portugal e exercer, onde lhe for preciso ou pedida, a sua profissão de famoso advogado.

Os direitos de cidadão e homem público, chefe dum grande partido político, esses, meu nobre e generoso amigo Ministro Hermes Lima, só os terá, e nós também, quando for restaurada a República Portuguesa.

Levo quase no fim o segundo volume das "Memórias do Capitão". O primeiro volume esgotou-se, embora a censura não o deixasse vender em Portugal. No Brasil tem sido adotado como livro de texto da Literatura Portuguesa em alguns ginásios e universidades.

Veremos se não irei desmerecer, com este novo trabalho, os louvores de cabouqueiro de

obra grossa que ganhei sem contar.

Creia-me sempre, seu muito amigo, admirador e muito obrigado.

João Sarmento Pimentel

O ESCÂNDALO DO SEXO

(Continuação da pág. 5)

Mais, porém, do que a crise económica, ou a repressão das revoltas em Angola e na Guiné, ou a crescente organização das oposições, quem desencadeou a tempestade que agora ameaça derrubar o regime foi uma senhora morena, ainda jovem, de aparência vistosa, regularmente inscrita no "elenco" das passantes profissionais da Capital, com o seu lugar de trabalho noturno ao longo dos passeios da Avenida da Liberdade. Tudo começou há poucos meses, quando "Maria Severa" (o seu nome de batalha), mulher entre os trinta e cinco e os quarenta anos, se apresentou ao posto de Polícia do seu bairro e pediu para falar com um funcionário. "Excelência" — disse ela. "Sabe que eu trabalho à noite, e também sabe que ninguém me pode censurar seja o que for. Com o meu trabalho, criei uma filha, eduquei-a, ensinei-lhe uma profissão: ora a minha filha tem quase dezesseis anos, e enquanto os meus proventos se tornam cada vez mais difíceis, ela já trabalha bem, ganha muito muitíssimo até. E não me dá um escudo: o senhor a tha isto justo". "Realmente não é justo" — respondeu o funcionário. Mas primeiro explique-me uma coisa, Maria Severa, que profissão tem a sua filha? "Trabalha de noite, excelência".

A conversa acabou aí, e teve duas consequências imediatas. A primeira foi a detenção de Maria Severa como responsável de algo que podia ser considerado como instigação à prostituição, falta de assistência, ou exploração, o que, em qualquer caso, não interessa agora aprofundar. A segunda, foi a abertura de um inquérito sobre o caso da filha de Maria Severa, a sua convocação perante um Tribunal de Menores, e consequentemente a descoberta de uma importante rede de adolescentes do sexo feminino, tendo como central uma pequena "boutique" da Avenida de Roma, e como clientela habitual alguns dos nomes mais prestigiosos do regime de António de Oliveira Salazar. Ao recusar compartilhar com a sua mãe uma parte dos seus ganhos, a muito jovem filha de Maria Severa descobriu, de certo modo involuntariamente, o mais delicado escândalo que o regime jamais conhecera. Mas quem são esses destacados salazaristas cujos nomes aparecem ligados aos de cerca de trinta moças todas com menos de 18 anos?

(...) Por um lado, moças de 16, 15, algumas de 14 anos; por outro, um par de Ministros, vários homens da alta finança, políticos, banqueiros, alguns grandes aristocratas, entre eles, três Condes, um Marquês, e o filho de um ex-rei. Em suma, uma trintena de "lollitas" para atenuar o tédio dos serões do regime; uma meia dúzia de apartamentos (um a pouca distância da Penitenciária, outro perto do Hotel Embaixador, na rua Duque de Loulé) perfeitamente equipados e organizados para a encenação de espetáculos capazes de oferecer uma compensação à austeridade oficial de alguns notáveis salazaristas.

(...) Quem são, em suma, os homens do regime implicados no caso dos "ballets roses"? O mais importante de todos (tendo o seu nome sido visto nas actas dos depoimentos das menores interrogadas), é o Ministro da Economia, Correia de Oliveira...; outro, é Miguel Quina, diretor do Banco Borges e Irmão...; o terceiro, é Rogério Silva, diretor do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa; outro ainda, é o Conde de Caria, grande financeiro e ex-presidente da Associação Comercial de Lisboa. A lista continua com Manuel Anselmo, um dos maiores expoentes da União Nacional, o Partido Único da situação; com o Marquês da Graciosa, e até com outros dois membros do Governo, que talvez sejam o Ministro da Defesa, General Gomes de Araújo, e o Ministro da Marinha, Almirante Quintanilha Mendonça Dias.

(in "L'Espresso", Roma, 7-1-68)

Livros de Grande Interesse e Valor Cultural

NOVELAS PORTUGUESAS — Coletânea organizada, prefaciada e anotada por JORGE DE SENA, e que inclui três obras-primas da novelística portuguesa: MARIA MOISÉS, de Camilo Castelo Branco, ALVES & CIA., de Eça de Queirós, e "O Malhadinhas", de Aquilino Ribeiro. NCr\$ 4,00.

A LITERATURA PORTUGUESA ATRAVÉS DOS TEXTOS — MASSAUD MOISÉS (da Univ. de S. Paulo) — Uma antologia da Literatura Portuguesa, do Trovadorismo ao Modernismo, ideada e realizada em moldes inovadores, que conciliam a cronologia, a história e a análise literária num só contexto integrado, e que fazem deste volume valioso instrumento de trabalho para alunos e professores. NCr\$ 10,00

A LITERATURA PORTUGUESA — MASSAUD MOISÉS — Neste livro, o docente e o estudante de Letras encontrarão, estudados com objetividade e clareza, os autores fundamentais, as obras decisivas e os fatos relevantes da história literária de Portugal, desde a época trovadoresca até a atualidade. — NCr\$ 9,00

LÍRICA — CAMÕES — Antologia destinada principalmente a estudantes de curso ginásial e universitário. Estudo introdutório, seleção e anotação de textos pelo Prof. MASSAUD MOISÉS. — NCr\$ 4,00

OS LUSÍADAS — CAMÕES — Texto integral. Estudo introdutório, notas de rodapé e glossário de nomes próprios pelo Prof. VITOR RAMOS (da Univ. de S. Paulo). — NCr\$ 7,00

PEQUENO DICCIONÁRIO DA LITERATURA BRASILEIRA — Redigido por uma equipe de críticos e professores de literatura, estuda individualmente cerca de 350 autores, desde o século XVI até a atualidade, além de dedicar verbetes gerais a obras, movimentos estéticos, escolas, gêneros literários, etc. Uma obra de referência realmente pioneira, indispensável a estudantes, professores, jornalistas, bibliotecários, etc. — NCr\$ 12,00

OBRAS ESCOLHIDAS DE MACHADO DE ASSIS — Edição organizada, prefaciada e anotada pelo Prof. MASSAUD MOISÉS.

RESSURREIÇÃO — A MÃO E A LUVA	NCr\$ 6,00
HELENA — IAIÁ GARCIA	NCr\$ 6,80
DOM CASMURRO	NCr\$ 4,70
QUINCAS BORBA	NCr\$ 5,20
ESAÚ E JACÓ	NCr\$ 4,80
MEMÓRIAS PÓSTUMAS DE BRÁS CUBAS	NCr\$ 4,50
MEMORIAL DE AIRES — O ALIENISTA	NCr\$ 5,00
CONTOS	NCr\$ 5,50
CRÔNICAS - CRÍTICAS - POESIA - TEATRO	NCr\$ 6,20

Pedidos à:

EDITORA CULTRIX LTDA.

Praça Almeida Jr., 100, fone 37-8551

SÃO PAULO

A Miséria dos Portugueses COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

FRANCISCO VIDAL

É do conhecimento geral a precariedade da situação portuguesa no que diz respeito aos problemas da saúde pública; neste setor, como aliás sucede praticamente com todos os outros que interessam fundamentalmente ao povo — alfabetização, remuneração condigna, habitação, etc. — o nosso país, governado discricionariamente há quatro decênios por uma ditadura com todos os poderes de vida e de morte sobre os cidadãos, tem realmente cuidado muito mais da morte que da vida dos nossos patrícios que têm a infeliz sorte de ainda viver naquele inferno.

O assunto, pela sua vastidão e complexidade, daria não apenas para um modesto artigo mas sim para um volume inteiro, que talvez um dia seja ainda escrito. A completa falta de interesse do governo da ditadura pela saúde do nosso povo reveste aspecto da maior gravidade; seria inteiramente impossível focalizar nestas simples linhas, limitadas pelo espaço disponível, todas as "nuances" do problema.

Por isso nos limitamos a ressaltar alguns dos aspectos mais gritantes, guardando para outra oportunidade a descrição de outros, igualmente graves, todos devidos ao descaso de um governo que segue em plena Era Moderna os princípios que tiveram o seu auge na Idade Média.

Falemos, por exemplo, da mortalidade pela tuberculose. Todos sabemos que de há uns anos para cá a chamada "peste branca", se não foi completamente varrida da face da terra pelo menos viu atenuada em muito a sua incidência. Com o aparecimento dos modernos fármacos, o PAS, a hidrazida do ácido isonotínico, a cicloserina, e etambutol, etc., se em alguns casos não é possível debelar por completo o mal é pelo menos possível evitar a alarmante mortalidade que a doença registrava noutros tempos; exterminado o bacilo de Koch o quadro modifica-se inteiramente, atenuando-se de forma dramática a morbidade e extinguindo-se na prática a mortalidade.

Assim acontece em países mais felizes que o nosso, onde governos de visão, e que ocupam o poder com finalidades outras que não puramente egoístas e sem a preocupação única de tudo fazerem para o conservarem, ignorando o povo que sofre e que, ao fim e ao cabo é quem lhe paga os ordenados, estudam e procuram resolver os problemas mais importantes, entre os quais, como é evidente, se encontra o que diz respeito à saúde, ponto fundamental para o futuro de qualquer nação. Em Portugal, lamentavelmente para todos nós, não sucede assim. Depois de quase meio século de escravidão a nossa grei continua ocupando o último lugar da escala europeia no que se refere à mortalidade pela tuberculose, como ocupa o último lugar em número de analfabetos, em rendimento per capita, em mortalidade infantil, etc.

O organismo central a que está adstrita em Portugal a luta antituberculosa chama-se Assistência Nacional aos Tuberculosos. A sua direção é sempre ocupada por alguém que, a recomendá-lo para o cargo, possui apenas uma fidelidade canina ao regime. Dotado de verbas insuficientes — como tudo na nossa terra — não

dispondo os estabelecimentos hospitalares que pertencem ao seu quadro de número suficiente de leitos, a ANT, como é conhecida, quase que se limita a existir administrativamente, vegetando no vergonhoso âmbito da nossa assistência médica.

É evidente que um povo como o português, subnutrido e com um rendimento per capita que é, repetimos, o menor de toda a Europa, ainda abaixo da Grécia, da Irlanda e da própria Espanha, está predisposto à tuberculose e não podendo ser devidamente assistido e tratado, apresenta uma alta taxa de mortalidade, para vergonha de todos nós. Pelos últimos números conhecidos (Organização Mundial de Saúde, 1964) esta mortalidade é de 31,8 por 100.000 habitantes, enquanto que na Austria ela é de 19,6, na Checoslováquia de 15,7, na Bulgária de 14,2 e na Holanda de 13,3!

Mas o que na realidade se pode esperar num país como o nosso onde dispunhamos até há bem pouco tempo atrás de 48.821 leitos hospitalares ou seja cerca de metade do número preconizado pela Organização Mundial de Saúde como o mínimo para a assistência à população? E deve ainda acrescentar-se que a maioria destes leitos hospitalares existem nas vastas Casas da Misericórdia que, sem recursos e sem dotações, dispendo de insuficientes instalações, raras vezes possuindo aparelhagem radiológica, são incapazes de preencher as finalidades para que foram criadas, vivendo quase sempre da generosidade dos "grandes" do lugar, já que o governo as ignora por completo.

Que se pode esperar de um país onde a mais importante parte do rendimento nacional é empregado em sustentar guerras coloniais, onde a motidade se extingue sem proveito para ninguém à excepção dos oligarcas do regime, portugueses e estrangeiros, que vivem regaladamente à custa dos lucros obtidos nas colônias, lucros conseguidos à custa dessas mesmas vidas, graças a uma paranóica política?

Que se pode realmente esperar de um país cujo maior rendimento per capita, registrado no distrito de Lisboa, é de 536 dolares por ano, sendo o menor de 116 no distrito de Bragança, quando na França eles são respectivamente de 2.019 (Seine) e de 532 "Córsega", na Suíça de 2.508 "Genebra" e de 875 "Uri", na Alemanha de 1.550 "Hamburgo" e de 606 "Trier", e na Suécia de 1848 "Estocolmo" e de 987 "Kronoberg"?

Que se pode realmente esperar de uma situação como a exposta?

Que poderemos nós responder? Que nada se pode esperar? Parece-nos que, embora o trabalho a ser realizado pela futura II República seja de grande monta, todos devemos esperar que o quadro, desgraçado quadro que hoje apresentamos ao mundo, sofra modificação completa e que todos nos devemos bater para que tal aconteça.

Tenhamos pois esperança em melhores dias, que eles virão, e virão logo que a infamante ditadura que amarra o povo português há tantos anos termine e que o país comece a sua reconstrução com vista ao futuro daqueles que nos sucederem.

O AEROPORTO DE BISSAU FOI BOMBARDEADO PELO PAIG

Através dos nossos correspondentes, chegamos-nos notícias sobre o bombardeamento da Base Aérea do Aeroporto de Bissau a que Amílcar Cabral alude na sua Declaração que publicamos noutra página.

O ataque, realizado no dia 28 de Fevereiro, constituiu uma completa surpresa para o estado-maior português, que considerava a Ilha de Bissau invulnerável aos golpes do adversário, protegida como se acha pelo mar. O comando do P.A.I.G. que participou da ação pôde dispor vários morteiros em posição favorável em torno da Base e iniciou o bombardeamento às 23,30 horas locais, hora em que o movimento nas pistas e hangares era nulo. Quando as primeiras explosões se verificaram o pânico foi completo. Momentos depois, a torre de controle ficava destruída. O fogo dos morteiros foi depois apoiado pelo tiro de bazookas e as chamas principiaram a irromper por todo o lado. Dois aviões e tres hangares ficaram destruídos, sendo ainda avariados vários aparelhos. Não chegou praticamente a haver reação, e concluiu o bombardeamento, os combatentes do P. A. I. G. C. puderam retirar-se tranquilamente.

Na capital, situada a 10 km de distancia, o ruído das explosões foi ouvido e quando se soube o que acontecera estabeleceu-se um clima de pânico entre as autoridades e os colonos. Os próprios elementos ultras do Exército reconhecem o extraordinário significado político e militar da acção. A conclusão a tirar é que a capital se acha doravante exposta aos golpes das Forças Armadas do P. A. I. G. C. as quais, sem uma rede de ligações muito bem montada jamais poderiam ter desencadeado um ataque de tanta envergadura no coração da cidadela colonialista. É de salientar que foram visados objetivos estritamente militares, pois nem os hangares nem os aparelhos do aeroporto internacional foram atingidos pelo bombardeamento.

No dia 3 de Fevereiro, após um combate travado perto da aldeia de Bissasema, na margem esquerda do Geba, os combatentes do P. A. I. G. C. aprisionaram três elementos do exército colonialista português: o alferes de infantaria Antonio Julio Rosa; o cabo Geraldino Marques Contino e o soldado Victor Manuel de Jesus Capitulo. Pertenciam todos à Companhia 1743, estacionada em Tite. Num comunicado relativo à ocorrência, o P. A. I. G. C. anuncia que esses prisioneiros de guerra receberão o tratamento previsto pelas convenções internacionais.

Por outro lado, durante uma embocada nas imediações de Gabu, principal cidade do Leste do País, foi feito prisioneiro o soldado Antonio Castro Aguiar, da Companhia 1742.

MANUEL LUIS DA SILVA

Passando este mês, meio ano sobre a morte deste democrata, ocorrida em Portugal, o exilado político Raul Mendes Silva envia-nos NCr\$ 100,00 para serem aplicados na luta contra o fascismo português.

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Murilo, 712

LONDINA: Juno Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Héitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese and Colonial Bulletin — 10 Pentimant Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Mercedes Guerreiro — 107, rue Valaanderenstraat — Valaanderenstraat — Vilveede — Belgique

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 357½ College St Box 153 Station B — Toronto 2 B — Ontário

A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1
Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urad/Jindřichská UL. C.14 Srdnka 646 — Praha 1
Tchecoslovaquia

FRANÇA: Grupo de Amigos de Portugal Democrático — 2, Place François Villon — Escalier E — La Courveneuve — Selne — França

REDAÇÃO:
Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo
Caixa Postal 6248

Composto na
Editora ESCRITOS Limitada
Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NCr\$ 0,20
Assinatura anual NCr\$ 3,00

ANO XII — N.º 129 — MAIO/1968

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade

PEQUENAS NOTÍCIAS

● A fábrica textil «Flor do Campo» fabrica a falcácia é avaliada em 900 000 mil.

● O novo vespertino lisboeta «A Capital» dirigido por Norberto Lopes está tendo dificuldades com a Censura. Uma parte dos capitais é do grupo Compalimoud, que controla a siderurgia.

● O chanceler Kiesinger, primeiro ministro da República Federal Alemã — a saber aliado do fascismo português — visitou Lisboa nos dias 27 e 28 de maio recente. Salazar insistiu nessa data para que o seu aliado se encontrasse em Portugal durante as comemorações do golpe do Estado fascista, cujo 43 aniversário passava no dia 28.

● No mesmo dia realizou-se no Porto o jantar de confraternização de mulheres de várias idades e classes sociais. Foram enviadas mensagens às presas políticas e às mulheres do Vietnam.

● A União dos Estudantes Portugueses em França promoveu em 26 de Janeiro uma Conferência sobre a «Emigração Portuguesa», com a participação de Christian Chalange, director do filme «O Salto», há dia 17 de Fevereiro organizou um colóquio sobre o tema «A Igreja e o Mundo Moderno — situação em Portugal», orientado pelo padre José da Felicidade Alves.

● Também em Paris, por iniciativa da Comissão Portuguesa de Solidariedade ao povo do Vietnam, realizou-se em Auberjivier, a 17 de Março, um acto público a apoio à luta do povo vietnamita.

● A chamada «Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras», indignada com a atitude assumida pelos democratas portugueses do Brasil a propósito da ratificação dos Acordos Cultural e Comercial assinados entre o governo brasileiro e o de Salazar, enviou ao ministro Magalhães Pinto e ao presidente do Senado brasileiro, duas cartas que são um amonestado de diálatas. Apenas os jornais da colônia divulgaram esses documentos. Na imprensa brasileira não encontraram guarda, até porque, como já é tradicional nas sponssas da Federação, agredem os princípios mais elementares da gramática portuguesa.

● Em Lisboa, a PIDE apreendeu a edição do livro «Bombas sobre Hanoi», da autoria do grande jornalista australiano Wilfred Burchett.

● O jornalista JOAQUIM LETRIA, enviado especial do «Diário de Lisboa» à Guiné dita portuguesa, foi preso em Bissau durante a visita-relâmpago que Américo Tomaz fez à capital da colônia e adjacências. As mais verdadeiras de Letria valearam-lhe a prisão e o regresso sob escolta a Lisboa.



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCENDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

O P. A. I. G. libertou três prisioneiros de guerra

Durante uma solenidade realizada em Dakar, no dia 15 de Março, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde fez entrega à Cruz Vermelha Internacional de três soldados portugueses que haviam sido aprisionados pela suas forças armadas. Na oportunidade, o secretário do P. A. I. G. C., Amílcar Cabral, leu a declaração que a seguir publicamos e durante a qual reafirmou uma vez mais que a luta dos patriotas guineenses não é dirigida contra o povo português, como prova o gesto humanitário agora praticado, mas sim contra o colonialismo português.

Eis a íntegra do importante discurso de Amílcar Cabral:

"No âmbito do nosso combate pela independência nacional, pela paz e pelo progresso do nosso povo, na Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde, a libertação de militares portugueses capturados pelas nossas Forças Armadas era um fato necessário e previsível. Com efeito, este gesto humanitário, cuja significação política não escapa a ninguém, é o corolário de um princípio fundamental do nosso Partido e da nossa luta. Não lutamos contra o povo português, contra indivíduos portugueses ou famílias portuguesas. Sem nunca termos confundido o povo de Portugal e o colonialismo português, tivemos de pegar em armas para extirpar do solo da nossa pátria africana a vergonhosa dominação colonial portuguesa.

Sendo portanto uma prova de fidelidade aos princípios do nosso Partido, este acto dispensa comentários. Levando, contudo, em conta a conjuntura atual, e atendendo a que é a primeira vez que, com a ajuda da Cruz Vermelha Senegalesa, realizamos este gesto, entregando à Cruz Vermelha Internacional três prisioneiros de guerra portugueses para que possam voltar para o seio de suas famílias, deixando de correr o risco de uma morte inglória em nosso País, vimos fazer a seguinte Declaração:

1 — Neste mesmo momento, após cinco anos de guerra colonial, os colonialistas portugueses continuam perpetrando crimes bárbaros contra o nosso povo, com desprezo pelos princípios mais elementares da moral e da legalidade internacional dos nossos dias. O presidente do nosso Partido, Rafael Barbosa, continua preso, em Bissau incomunicável, faz seis anos sem culpa formada nem julgamento. Centenas de patriotas guineenses e caboverdeanos sofrem as condições inhumanas das prisões políticas coloniais e dos campos de concentração da Ilha das Galinhas (Guiné) e do Tarrafal (Cabo Verde). Esses patriotas são torturados pela PIDE e vários outros foram covardemente assassinados. Os elementos das nossas Forças Armadas, aprisionados pelas tropas coloniais são em geral sumariamente executados. Outros são torturados e forçados a fazer declarações que as autoridades coloniais utilizam na sua propaganda. Na sua tentativa de genocídio, vá mas nem por isso menos criminosa, os colonialistas portugueses prati-

cam diariamente atos de terrorismo contra as populações pacíficas das nossas regiões libertadas, notadamente contra mulheres, crianças e velhos; bombardeiam e metralham as nossas populações, reduzem a cinzas as nossas aldeias e queimam as nossas colheitas mediante bombas de toda espécie, particularmente bombas de fragmentação de napalm e de fósforo branco.

Libertando estes prisioneiros de guerra portugueses que, como os seus colegas que permanecem presos, gozaram de todas as prerrogativas previstas pelas leis internacionais, chamamos uma vez mais a atenção da opinião mundial para os crimes perpetrados em nosso País pelos colonialistas portugueses, crimes que não poderiam levar a efeito se não dispusessem da ajuda política e material dos seus aliados.

2 — Após cinco anos de luta armada em condições particularmente difíceis, dispoño de experiência e de meios de ação mais eficazes, as nossas Forças Armadas são mais poderosas do que nunca. Com base nos progressos políticos e militares realizados pela nossa luta, acabamos de infligir uma derrota duríssima à tentativa de propaganda a que se reduzia a pretensa visita do Presidente da República Portuguesa à Guiné. Tanto durante essa viagem relâmpago, sempre realizada de avião, como nas semanas que se seguiram, atacamos quase todos os campos entrancheirados e acampamentos das tropas coloniais, causando-lhes perdas consideráveis em vidas e material. Inaugurando uma nova fase da nossa luta, os nossos combatentes conseguiram atacar com êxito apreciável o aeroporto internacional de Bissalanka, principal base aérea dos portugueses, situado na Ilha de Biassau a 10 km do centro da capital. Por outro lado, a nossa ação desenvolve-se e intensifica-se nas regiões em disputa.

A libertação destes prisioneiros de guerra portugueses, sendo uma prova da nossa força e do alto nível atingido pelo nosso combate, reafirma a nossa certeza inquebrantável na vitória.

3 — A opinião pública portuguesa, notadamente as camadas populares e os meios intelectuais realiza, cada dia mais, a necessidade de agir por todos os meios ao seu alcance, contra a guerra colonial. No próprio seio do Governo português, esboça-se uma tendência realista; a sua voz é cada vez mais forte bem como a busca dos meios adequados para levar os outros a compreenderem que a guerra colonial não é apenas inútil, pois está irremediavelmente perdida em nosso país. Por outro lado, o número de militares portugueses que desejam abandonar a guerra colonial é cada dia mais numeroso, como o confirmam as informações provenientes de fontes dignas de fé e as declarações dos últimos desertores.

A libertação destes três prisioneiros de guerra representa um encorajamento ao povo português na sua luta contra a guerra colonial, à tendência realista existente no seio do governo português e aos elementos das tropas coloniais que querem

libertar-se do pesadelo de uma guerra que é contrária aos interesses do seu povo.

4 — O objetivo principal do nosso combate é a conquista da independência nacional do nosso povo. Esse o motivo pelo qual a nossa luta é fundamentalmente política. Como já o declaramos estamos prontos, não importa em que momento, a suspender os combates para achar uma solução política para o conflito que opõe o nosso Povo ao governo português. A única condição é o reconhecimento, unívoco, por esse governo do nosso direito inalienável à independência.

Ninguém pode deixar de ver nesta libertação de prisioneiros de guerra um sinal de boa vontade da nossa parte. O mesmo não sucede com o Governo português, que continua a arrogar-se "o direito e o dever" de, com os regimes racistas da África austral, e através da tortura, do terrorismo, do napalm e dos crimes mais revoltantes contra os povos africanos, defender no nosso continente, a civilização ocidental e cristã.

O nosso gesto humanitário, que será seguramente compreendido por todos os homens desejosos de paz, de liberdade e de progresso, não enfraquece em nada a nossa determinação de nos batermos até à liquidação total do colonialismo português no nosso País. Agindo assim, temos a consciência de servir os interesses do nosso povo e da África."

O jornal "O Estado de S. Paulo" publicou, em sua edição de 23 de Abril, o texto integral da Declaração de Amílcar Cabral, salientando numa breve nota introdutória que se tratava de uma significativa contribuição para a Paz. O importante matutino publicou também uma fotografia de prisioneiros de guerra portugueses na Guiné.

Portugal na conferência do Vietnam

Em Estocolmo realizou-se nos dias 23 e 24 de Março uma "Conferência Consultiva de Emergência sobre o Vietnam", com o objetivo de coordenar e ampliar o apoio internacional à luta do povo vietnamita contra a agressão de que é vítima.

A delegação portuguesa interveio em Sessão Plenária e nas Comissões de trabalho. As suas intervenções foram escutadas com interesse, e aplaudido com muito calor o relato feito das corajosas manifestações da nossa juventude, no Porto e em Lisboa, contra o imperialismo americano, pela Independência e a Paz no Vietnam.

Delegados de numerosos países, e em especial os delegados Vietnamitas, dirigiram-se à delegação portuguesa com palavras de fraterna amizade e apreciação pela luta corajosa da juventude e do Povo de Portugal contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo.

Os delegados Vietnamitas enviaram para todos os que lutam em Portugal — na clandestinidade ou na prisão, nos campos, nas fábricas e nas escolas — as mais calorosas saudações e votos de grandes vitórias.



Da esquerda para a direita, os três soldados libertados pelo PAIGC e entregues à Cruz Vermelha Internacional, em Dakar: EDUARDO DIAS VIEIRA, capturado a 22 de Dezembro de 1965; JOSÉ VIEIRA LAURO, capturado a 6 de Outubro no sector de Fulacunda; MANUEL FRAGATA FRANCISCO, capturado a 18 de Dezembro de 1967 na região de Bafatá.

SOLIDARIEDADE AOS ESTUDANTES NO DIA 24 DE MARÇO

Tal como em anos anteriores estudantes de todo o mundo celebraram em dezenas de países no dia 24 de Março, a Jornada Internacional de Solidariedade aos Estudantes de Portugal.

Por motivo da passagem da data, um grupo de emigrados portugueses endereçou às Associações de Estudantes Portugueses a mensagem que abaixo publicamos:

"Queridos Amigos: — Forçados a viver no estrangeiro, para fugir à guerra colonial de genocídio, para escapar às perseguições assassinas do Estado policial ou com o intuito de acabarmos os estudos que processos judiciais arbitrários nos proibiram de terminar no nosso Portugal, decidimos juntarmos-nos neste 24 de março com o fim de comemorarmos a luta da juventude estudantil portuguesa.

Tivemos conhecimento e solidarizamo-nos com as vossas últimas acções de ajuda às vítimas da catástrofe, que enluta o nosso País. Louvamos a vossa abnegação e acusamos, mais uma vez, a indiferença de um governo mais pronto a corromper e prostituir menores no tristemente célebre escândalo do sexo, do que a assistir a um povo nas suas horas trágicas. Estivemos ao vosso lado na manifestação contra a guerra que os círculos militares e reacionários americanos impõem ao heróico povo vietnamita. Que essas manifestações se multipliquem e que aos gritos "yankees go home", se continuem a juntar "Paz nas colónias portuguesas", "Independência para Angola, Guiné e Moçambique", "Guerra ao fascismo", "Liberdade".

Foi com uma grande revolta que tivemos conhecimento de mais prisões de estudantes, assim como o recomeço das deportações, como é o caso do dr. Mário Soares.

Salazar, chefe da polícia e do seu governo não perdão! Mas ele também sabe que nós não esqueceremos nenhum dos seus actos: quer seja a forma como mantém o nosso povo na miséria e no analfabetismo; as perseguições; e as

torturas e crimes contra aqueles que querem fazer de Portugal um País moderno, onde reine a Democracia e o bem-estar para as massas trabalhadoras; a guerra fratricida e os horrores cometidos contra as populações das colónias portuguesas, decididas a adquirir a sua independência; as arbitrariedades e ilegalidades contra os direitos associativos; a feroz censura que tenta calar a imprensa e as casas editoras, ou o estado anacrónico e antidemocrático em que jaz a Universidade Portuguesa, enferma e caduca de métodos retrógrados de ensino, mais virados para o passado do que para as técnicas modernas da investigação científica e aberta somente aos privilegiados.

Nada disto esqueceremos, nem poderemos perdoar: seríamos traidores. Resta, pois, unirmo-nos, cada vez mais e unidos, criar os meios de combate decisivos a instaurar a liberdade na nossa Pátria.

Estamos convencidos que cada um estará disposto a cumprir a sua missão de democrata e por que hoje é o 24 de março (símbolo de uma jornada de luta estudantil já célebre em todo o mundo) que sejamos nós, que num amanhã breve, construamos aquilo que pensamos ser o melhor, o que mais convém para o nosso Portugal. Por um Portugal livre e independente!"

TELEGRAMAS

Centenas de telegramas foram, por motivo da data do 24 de Março, enviados por associações de estudantes de todo o mundo, ao "presidente" Américo Tomás e ao ministro da Justiça, manifestando solidariedade aos estudantes presos, protestando contra e deportação do Dr. Mário Soares e exigindo a libertação dos presos políticos e particularmente de José Bernardino.

O 1.º de Maio

Comemorando a passagem do 1.º de Maio, o Centro Republicano Português promoveu na sua sede um almoço de confraternização entre democratas portugueses. A reunião decorreu em ambiente de camaradagem, e com o pensamento na jornada de luta do povo português e em todos aqueles combatentes anti-fascistas que pagaram com a vida ou jazem nas prisões pelo seu amor à liberdade e à classe operária.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Cons. Futuro, 191 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes